

O futuro, a Deus pertence?

FUAD GABRIEL YAZBECK

Milton Friedman, o consagrado economista americano ganhador do Nobel de Economia em 1976, talvez devesse ser consagrado mais por popularizar uma idéia econômica do que por toda sua ciência. Ao afirmar, em defesa de suas idéias chamadas neoliberais, que "não existe almoço grátis", mais do que defender o afastamento do Estado das atividades econômicas suportadas por todos os contribuintes, ele colocou na cabeça do mais humilde iletrado o axioma econômico de que o uso de recursos escassos implica sempre num preço a ser pago por alguém, que não necessariamente o beneficiário do uso.

A perspectiva de durabilidade do plano de estabilização brasileiro fez ressurgir as condições favoráveis aos grandes investimentos de capital externo, levando os governantes de estados e municípios a uma intensa disputa pela sua localização, passando aos eleitores uma falsa visão de sua capacidade de resolução local de problemas nacionais que, no entanto, quase sempre oculta a verdadeira face maior do problema: a falta de infraestrutura social e urbana na grande maioria dos municípios brasileiros para receber os impactos imediatos de grandes investimentos. Pretendem, assim, resolver problemas econômicos presentes sem qualquer cuidado com as possibilidades futuras de agravamento de outros problemas de cunho social e urbano, na falsa expectativa de que a solução econômica fatalmente levará às demais soluções.

Esta ânsia de estados e municípios em retomar um já improvável sonho de novos grandes surtos de desenvolvimento industrial, nos moldes da década de 70, mesmo sem a reconstrução da solapada base social, tem levado os mais afoitos a oferecerem, para instalação de grandes empreendimentos em suas áreas de domínio, vantagens e benefícios, traduzidos quase sempre em renúncia fiscal, nem sempre compatíveis com as novas necessidades de gastos e investimentos públicos que esses novos empreendimentos privados vão acarretar, gerando, assim, problemas presentes com uma apenas expectativa de solução futura.

A instalação de grandes indústrias, principalmente para o município onde elas se instalam, não se dá de forma gratuita para a comunidade, ainda que seus benefícios econômicos sejam visíveis num prazo pelo menos médio. A simples divulgação da implantação da indústria, por si só, já é suficiente para atrair, de outros municípios ou regiões, levadas e levadas de esperançosos desempregados ou subempregados, tal como cupins em época de revoada em busca de uma lâmpada, da mesma forma que exige do município e do estado, no mínimo, o esforço da implantação de uma infraestrutura de apoio, tal como água, esgoto, transporte, energia, comunicações etc.

Se a implantação da infraestrutura de apoio é mesmo uma obrigação do poder público, ir



além disso, sobretudo às custas de renúncia fiscal, significa abrir mão, já no presente, da capacidade de resolução das outras necessidades geradas pelos efeitos indiretos do investimento, mormente — não é demais repetir — no plano social, uma vez que os problemas de moradia, educação, saúde, segurança, trânsito, lazer e outros, têm se agravado visível e significativamente na grande maioria dos municípios de porte médio e grande, inclusive naqueles já bafejados por grandes investimentos privados no passado e que não abriram mão da contribuição socialmente de vida por estes investimentos.

A expectativa de proporcionais aumentos futuros nas receitas tributárias, geradas direta ou indiretamente em razão da instalação de indústrias de grande porte, mesmo confirmada, pode ser frustrante, em razão do aumento, numa escala certamente maior, dos problemas do presente insolucionados e com marcante tendência de agravamento, em razão do ciclo entrópico que amplia os problemas vindos do passado na mesma razão da incapacidade de sua solução presente. Cabe também observar que a generalização das políticas de renúncia fiscal, como política de atração de novos investimentos privados, pode tornar-se uma lança de duas

pontas, pois ao buscar promover o desenvolvimento, vai também ampliar as possibilidades de déficits fiscais, diante da ampliação mais do que proporcional das demandas sociais e redução da capacidade de arrecadação, contribuindo desta forma para a reativação do fogo inflacionário.

Voltando ao papa do liberalismo moderno, Milton Friedman, este afirma, capitaneando a Escola de Chicago, que os governos tendem sempre a assumir posições "populistas", aumentando suas despesas além da capacidade de gerar receitas, resolvendo tal problema com emissões monetárias, no caso de governos centrais, ou endividamento em esferas governamentais inferiores impossibilitadas de emitir moeda. E Friedman não considerava aí as hipóteses de renúncia fiscal, pois esta seria até uma agravante do problema.

A afirmação, teoricamente verdadeira no plano econômico, de que o desenvolvimento global é induzido por ações particulares de significância, não tem, por outro lado, se confirmado como verdadeira no plano social, principalmente em face da incapacidade do mercado em resolver a curto ou médio prazo as questões da distribuição das rendas e de um estado, em todos os seus níveis, que tem se mos-

trado, na prática, já tradicionalmente incapaz de apropriar-se com justeza da parte que lhe toca nesse desenvolvimento, para distribuir suas benesses para todos, inclusive e principalmente para aqueles que não têm capacidade própria de aproveitar-se de um crescimento que é medido considerando todos, mas que se sabe não atinge a todos.

O argumento de que os grandes investimentos privados indutores se refletirão positivamente sobre outras atividades, ampliando assim as potencialidades tributárias futuras, tampouco justifica a renúncia fiscal presente, pois os investimentos induzidos também exigirão do poder público novos esforços de atendimento infra-estrutural, fazendo, de tal sorte, que toda a comunidade pague pelo almoço de apenas alguns segmentos diretamente beneficiados. Dessa forma, admitindo-se a verdade da inexistência de "almoço grátis", deve-se esperar que alguém pague, no futuro, a conta do presente comprometimento direto do estado ou município na instalação de macroprojetos privados, e é quase certo que os pagantes não serão necessariamente os beneficiários.

Fuad Gabriel Yazbeck é professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora.